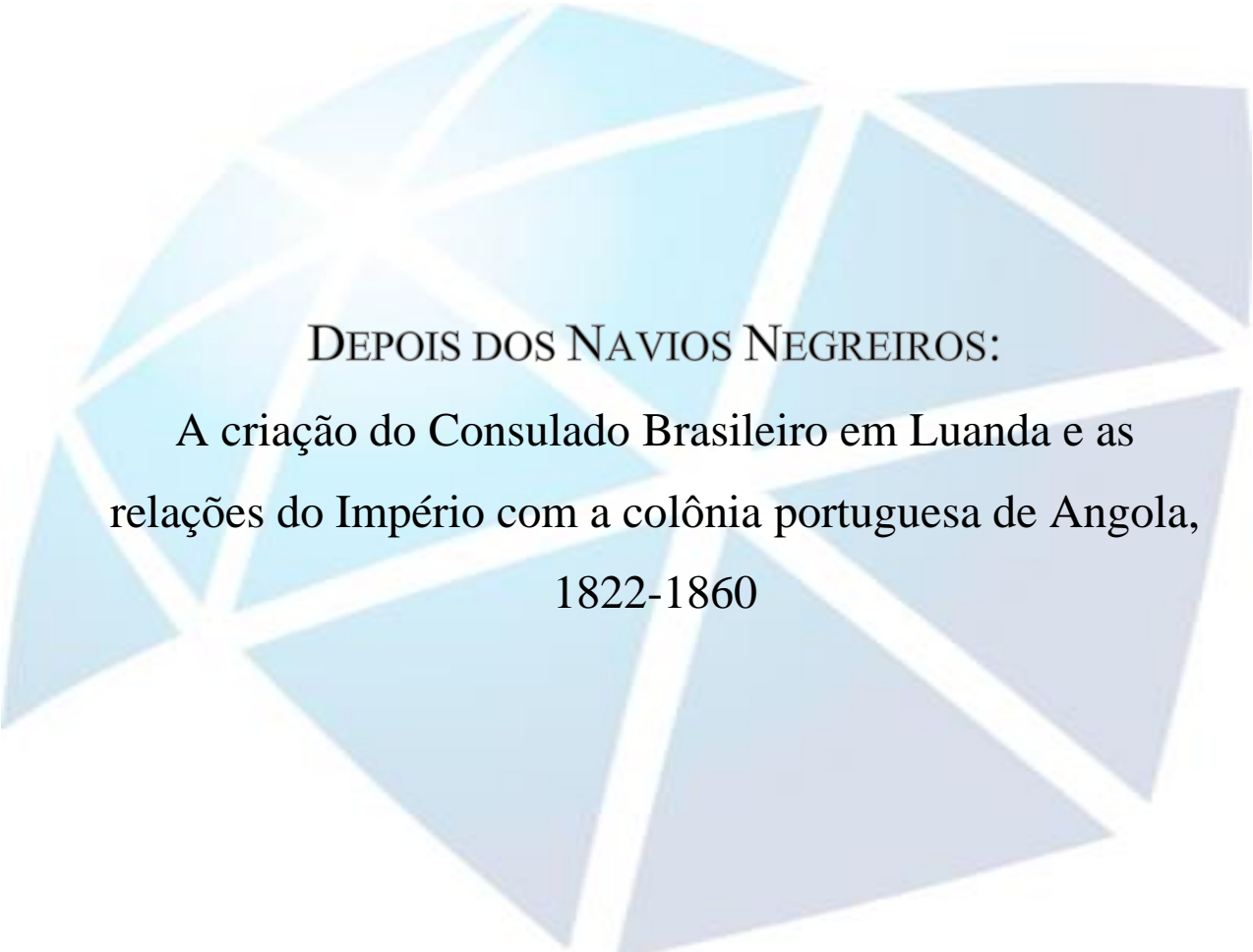


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta tese
será disponibilizado somente a partir
de 02/06/2018.

GILBERTO DA SILVA GUIZELIN



DEPOIS DOS NAVIOS NEGREIROS:
A criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as
relações do Império com a colônia portuguesa de Angola,
1822-1860

GILBERTO DA SILVA GUIZELIN

**DEPOIS DOS NAVIOS NEGREIROS:
A CRIAÇÃO DO CONSULADO BRASILEIRO EM LUANDA E AS RELAÇÕES
DO IMPÉRIO COM A COLÔNIA PORTUGUESA DE ANGOLA, 1822-1860**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. Área de Concentração: História e Cultura. Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Co-Orientador: Prof. Dr. Nuno Gonçalo Monteiro

FRANCA
2016

Guizelin, Gilberto da Silva.

Depois dos navios negreiros : a criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as relações do Império com a colônia portuguesa de Angola, 1822-1860 / Gilberto da Silva Guizelin. – Franca : [s.n.], 2016.

278 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Samuel Alves Soares

1. Brasil - História - Império - 1822-1889. 2. Angola - História.
3. Diplomacia I. Título.

CDD – 981.04

GILBERTO DA SILVA GUIZELIN

Depois dos Navios Negreiros:

A criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as relações do Império com a colônia portuguesa de Angola, 1822-1860

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura. Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Vice-Presidente: _____
Co-Orientador: Prof. Dr. Nuno Gonçalo Monteiro

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca (SP), _____, de _____, de 2016.

*Para minha mãe,
dona Maria Aparecida da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

Ao professor Samuel Alves Soares, cuja atenta e prestimosa orientação nos últimos quatro anos foi fundamental para a concretização de todas as etapas desta pesquisa.

Ao professor Nuno Gonçalo Monteiro, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), que gentilmente aceitou me co-orientar durante o período de oito meses em que estive em Lisboa para cumprir meu estágio de pesquisa no exterior.

Às professoras Marisa Saenz Leme e Teresa Maria Malatian, que integraram a Banca de Qualificação e que contribuíram com valiosos comentários e aportes para a conclusão deste trabalho.

Às secretárias Maísa Helena de Araújo e Tânia Almeida, respectivamente do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Franca e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que me auxiliaram com todos os trâmites burocráticos que surgiram nesse meio tempo.

Aos amigos: José Miguel Arias Neto e Silvia Cristina Martins de Souza que me ouviram e me socorreram com seus conhecimentos nos momentos de dúvidas; Celina Aparecida Negrão pela paciência para me aturar nos momentos de estafa; Sirlene Maria Marcolino pela disponibilidade em ler e reler meus escritos; e Osvaldo Batista Brizola pelos empréstimos de livros na Biblioteca da UEL.

Aos colegas: Luís Fernandes, Paula Botafogo e Mayara Brandão Venturini que cederam algum tempo de suas pesquisas para xerocar ou digitalizar material para minha investigação.

Ao Frederico Antonio Ferreira pelo profícuo diálogo sobre Saturnino de Souza e Oliveira, e pela calorosa acolhida nas vezes em que estive no Rio de Janeiro.

Por fim, estendo meus agradecimentos às agências de fomento que deram o suporte financeiro necessário para o desenvolvimento deste trabalho: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que patrocinou os primeiros seis meses do projeto; e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que patrocinou os demais 44 meses do doutorado no país bem com o estágio de pesquisa no exterior realizado em Portugal entre setembro de 2013 e abril de 2014.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **Depois dos navios negreiros: a criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as relações do Império com a colônia portuguesa de Angola, 1822-1860.** Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

RESUMO

O propósito deste trabalho é investigar as relações políticas dos dois grandes centros de exportação e de importação de escravos africanos na primeira metade do século XIX: a colônia portuguesa de Angola, na África, e o recém-independente Império do Brasil, na América. Para tanto, o objeto de análise aqui privilegiado é o Consulado Brasileiro em Luanda. Criado em 31 de outubro de 1826, através da nomeação de Ruy Germack Possolo, a representação consular brasileira em Angola foi fechada em meados de 1828 após a expulsão do cônsul pelas autoridades coloniais. Disso resultaram anos de negociações entre os Governos do Rio de Janeiro e de Lisboa para a sua reabertura, o que, apesar de ter sido consentido em 1854, só foi efetivamente concretizado em 1858, com a chegada de Saturnino de Souza e Oliveira à capital angolana. Pretende-se com este estudo compreender os sucessivos esforços da diplomacia imperial em (re)abrir aquela representação como parte integrante de uma política internacional maior desenvolvida em prol da defesa da soberania e da autonomia brasileira no concerto atlântico-africano, perante a ingerência de outros agentes internacionais, sobretudo a Grã-Bretanha e o próprio Portugal, na questão da supressão do tráfico negreiro, assunto que, até finais da década de 1840 e princípios da de 1850, estadistas e diplomatas brasileiros insistiam em tratar como competência legítima e exclusiva do foro político nacional e não do foro político internacional.

Palavras-Chave: Império do Brasil; Angola Colonial; Relações Brasil-Angola; Representação Consular.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **After the slave ships: the creation of Brazilian Consulate in Luanda and the Empire's relations with the Portuguese colony of Angola, 1822-1860.** Thesis (Ph.D. in History). – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

ABSTRACT

The purpose of this study is investigate the political relations of the two Great centers of export and import of African slaves in the first half of Nineteenth Century: the Portuguese colony of Angola, on Africa, and the newly independent Empire of Brazil, in America. Indeed, here the privileged object of analysis is the Brazilian Consulate in Luanda. Created on October 31, 1826, by appointing Ruy Germack Possolo, the Brazilian consular representation in Angola it was closed in mid-1828 after the expulsion of the consul Germack Possolo by the colonial rulers. This fact resulted years of negotiations between the Governments of Rio de Janeiro and Lisbon for its reopening, which despite having been agreed in 1854, was only effectively implemented in 1858, with the arrival of Saturnino de Souza e Oliveira to capital Angolan. The aim of this study was to understand the successive efforts of the imperial diplomacy (re)open that representation as part of an international policy developed for the defense of sovereignty and the Brazilian autonomy in the Atlantic-African concert in front of the interference of others international agents, especially Great-Britain and Portugal, in the question of the abolition of the slave trade, a subject that until the late 1840s and early 1850s Brazilian statesmen and diplomats insisted on treating as legitimate and exclusive jurisdiction of the national political and not the international political forum.

Keywords: Empire of Brazil; Angola Colonial; Brazil-Angola relations; Consular Representation.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **Après les navires négriers: la création du Cunsulat Brésilien à Luanda et les relations de l'Empire avec la colonie portugaise de l'Angola, 1822-1860.** Thèse (Doctorat en Histoire). – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

RÉSUMÉ

Le but de cette travaux ést d'étudier les relations politiques des deux grands centres d'exportation et d'importation d'esclaves africains au cours de la première moitié du XIXe siècle: la colonie portugaise de l'Angola en Afrique, et l'nouvellement indépendant Empire du Brésil en Amérique. Ainsi, ici l'objet privilégié de l'analyse est le Consulat du Brésil à Luanda. Créé le 31 Octobre 1826, avec la nomination de Ruy Germack Possolo, la représentation consulaire du Brésil en Angola a été fermé à la mi-1828 après l'expulsion du consul par les autorités coloniales. Il en est resulte des annés de négociations entre les gouvernements de Rio de Janeiro et Lisbonne pour as réouverture, qui bien qu'ayant été convenu en 1854, n'a été effectivement mis en oeuvre en 1858, avec l'arrivée de Saturnino de Souza e Oliveira dans la capitale angolaise. Il est prévu, par consequente, de comprendre les efforts successifs de la diplomatie impériale en (ré)ouvrir cette représentation dans le cadre d'une politique internationale plus large développé pour la défense de la souveraineté et de l'autonomie brésilienne dans le concert africain-atlantique avant l'intervention des autres les acteus internationaux, em particulier la Grande-Bretagne et le Portugal lui-même, la question de l'abolition de la traite des esclaves, um sujet qui, jusqu'à la fin des années 1840 et au début des années 1850 les hommes d'Etat et des diplomates brésiliens ont insisté sur le traitement de la compétence légitime et exclusif du fórum politique national et non pas les fórum politique international.

Mots-clés: Empire du Brésil; Angola Colonial; Relations Brésil-Angola; Représentation Consulaire.

LISTA DE MAPAS

1. Volume e direção do tráfico transatlântico de escravos	13
2. Principais portos costeiros do tráfico de escravos na África	14
3. Principais regiões de desembarques de escravos nas Américas	14
4. Limites do Reino de Angola no início do século XIX	97
5. Esboço da planta da cidade de S. Paulo de Loanda, c. 1926	178
6. Detalhe do perímetro da “Cidade Baixa” de Loanda destacado do Esboço	178
7. Reinos de Angola e Benguela – 1860	217

LISTA DE FIGURAS

1. Exemplar da primeira página da Gazeta do Rio de Janeiro	54
2. Perspectiva da cidade de S. Paulo de Loanda no Reino de Angola (1825)	111
3. Assinatura do cônsul brasileiro Ruy Germack Possolo	134
4. Lista de artigos de uso exclusivo do Consulado Brasileiro	179
5. Periódico O Philanthropo editado por Saturnino de Souza e Oliveira	206
6. Cidade de Loanda na passagem do século XIX para o XX	215
7. Promissória de empréstimo contraído pelo cônsul brasileiro Saturnino de Souza e Oliveira	242

LISTA DE TABELAS

1. Governadores-Gerais de Angola entre 1648 e 1825	36
2. Estimativas da exportação de escravos de Angola para o Brasil (1808-1825)	84
3. Fazendas, gêneros e outros objetos importados por Angola em 1823	86
4. Gêneros agrícolas exportados de Angola para o Brasil em 1823	87

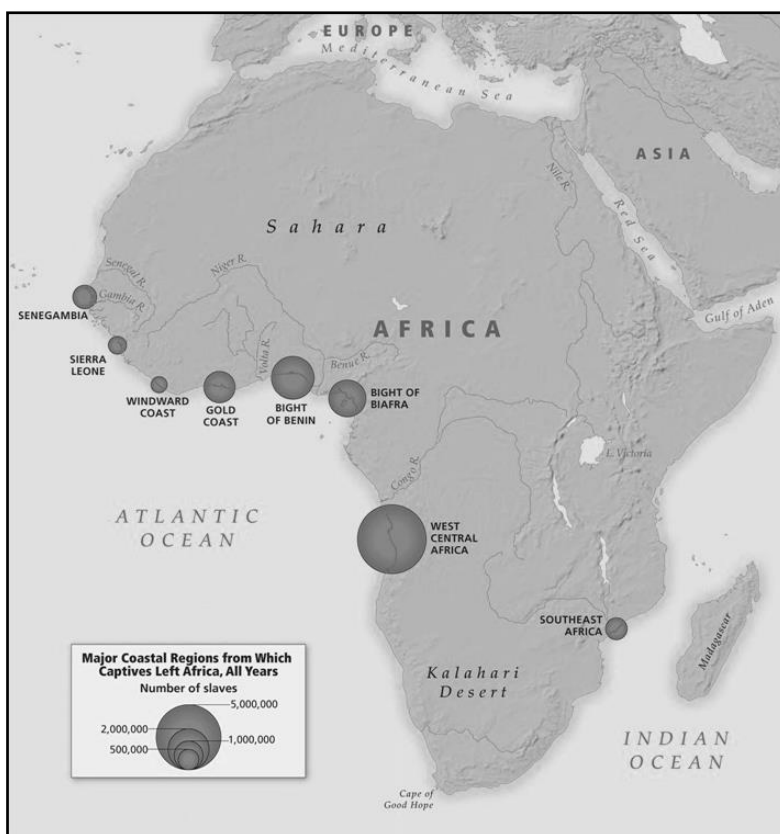
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACDB	Anais da Câmara dos Deputados do Brasil
AHD	Arquivo Histórico Diplomático
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BOGGPA	Boletim Official do Governo-Geral da Província d'Angola
CRL	Center for Research Libraries
CHDD	Centro Histórico de Documentação Diplomática
CLIB	Coleção das Leis do Império do Brasil
CU	Conselho Ultramarino
CSNECE	Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado
DCSDNP	Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa
DCGECNP	Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constitucionais da Nação Portuguesa
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
PADAB	Projeto Acervo Digital Angola-Brasil
RMRE	Relatório do Ministério das Relações Exteriores (Brasil Republicano)
RRNE	Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (Brasil Imperial)
RRNM	Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha
SEMU	Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar
S.M.F.	Sua Majestade Fidelíssima (tratamento de uso dos monarcas de Portugal)
S.M.I.	Sua Majestade Imperial (tratamento de uso dos monarcas do Brasil)
TSTD	Trans-Atlantic Slave Trade Database

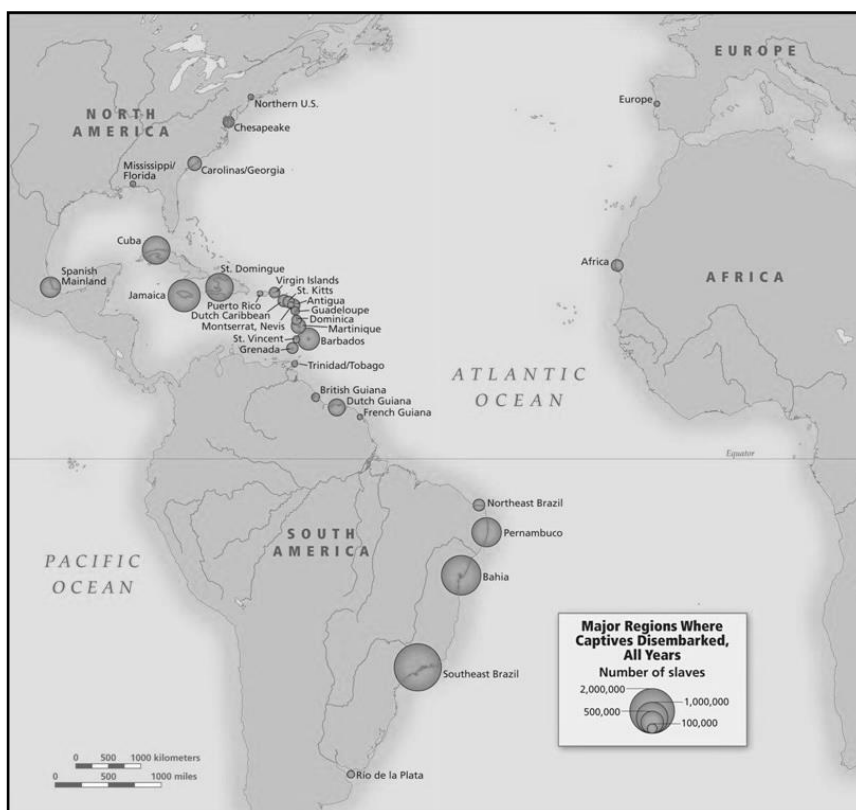
SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1. O Reconhecimento Vindo de Angola	30
1.1. Uma Colônia, Dois Centros	34
1.2. A Divisão da Bancada Angolana nas Cortes Gerais	40
1.3. As Demonstrações de Adesão Vindas de Angola	47
1.4. Um Reconhecimento aos Olhos Internos e Externos	55
Capítulo 2. Um Cônsul da Nação Brasileira para Angola	61
2.1. A Instituição Consular no Século XIX	63
2.2. A Propósito do Termo “Cônsul da Nação”	68
2.3. O Corpo Consular “Brasileiro” no Primeiro Reinado	71
2.4. Ruy Germack Possolo:	
Antes de Cônsul, Um Burocrata do Império	76
2.5. Em Defesa do Mercado	
e das Propriedades dos Brasileiros em Angola	82
Capítulo 3. Da Recepção à Expulsão de Ruy Germack Possolo de Luanda	93
3.1. <i>Persona Non Grata</i>	99
3.2. Chegada em Luanda: Primeiras Impressões	109
3.3. As Desavenças com o Governador-Geral	
Nicolau de Abreu Castelo Branco	114
3.4. Os Espólios dos Defuntos Brasileiros	120
3.5. O Abastecimento da Divisão Naval do Leste	
da Marinha Imperial	123
3.6. Partida de Luanda: Últimas Impressões	132
Capítulo 4. A Reabertura do Consulado do Brasil em Angola:	
O Longo Caminho	136
4.1. Das Prerrogativas Consulares, ou da Ausência delas	
entre Brasil, Portugal e a África Portuguesa	141
4.2. A Abertura dos Portos de Angola à Grã-Bretanha	148

4.3. Em Defesa dos Súditos Brasileiros e do Comércio Lícito do Império com a África Portuguesa	155
4.4. Em Defesa da Soberania Imperial no Combate ao Tráfico de Africanos para o Brasil	160
4.5. O Caso do Brigue <i>Despique da Inveja</i>	164
4.6. “Água Mole em Pedra Dura...”: O Deferimento do Pleito Brasileiro	168
Capítulo 5. Procura-se um Novo Cônsul para Angola	173
5.1. Hermenegildo Frederico Niterói	180
5.2. Nogueira da Gama & Moraes Júnior	192
5.3. Saturnino de Souza e Oliveira	203
Capítulo 6. Da Admissão à Exoneração de Saturnino de Souza e Oliveira em Luanda	211
6.1. As Relações Comerciais entre o Brasil e Angola na Segunda Metade do Oitocentos	218
6.2. A “Exumação” dos Espólios dos Defuntos Brasileiros	226
6.3. O Combate ao Tráfico de Africanos	236
6.4. A Questão Sucessória do Congo e a Exoneração de Souza e Oliveira do Posto Consular	247
Epílogo	255
Arquivos, Fontes e Bibliografia	260
I. Fontes Manuscritas	260
II. Fontes Impressas	261
III. Bibliografia	266



Mapa 2: Principais portos costeiros do tráfico de escravos na África.
Fonte: <http://slavevoyages.org/assessment/intro-maps>



Mapa 3: Principais regiões de desembarque de escravos nas Américas.
Fonte: <http://slavevoyages.org/assessment/intro-maps>

INTRODUÇÃO

No princípio da década de 1640 o conde do Sonho, senhor da cidade portuária de Soyo, localizada na foz do rio Congo – hoje compreendida dentro do território da República de Angola – entrou em desavença com o rei do Congo, de quem era vassalo. Desejoso em angariar apoio militar para a sua guerra contra o soberano congolês, em 1643 o dirigente do Soyo enviou uma comitiva de embaixadores ao encontro de *Johan Mauritz van Nassau* (João Maurício de Nassau) na Recife ocupada pelos holandeses. Como escreveu *Caspar van Barle* (mais conhecido no Brasil por Gaspar Barléu) em sua *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil sob o governo do (...) conde de Nassau*, publicado em 1647, “os embaixadores do conde do Sonho (...) foram pedir ao conde João Maurício que não mandasse reforços ao rei do Congo”.¹ Vale registrar que naquela época, além de Pernambuco, os holandeses também haviam se apossado da colônia portuguesa de Angola, na costa da África Centro-Occidental, o que, por conseguinte, lhes conferia participação direta nas querelas políticas travadas naquela parte do *Continente Negro*. Ainda de acordo com Barle, embora tenha recebido – e, diga-se de passagem, muito bem – os enviados do conde do Sonho, “Nassau (...) procurou serenar e não fomentar aquelas guerras e contendas daqueles chefes, por serem ambos aliados dos holandeses”.² Com efeito, “depois de cortesmente recebidos” os embaixadores retornaram para a África com cartas e presentes para os dois líderes. Para o rei do Congo, Nassau enviou um “manto comprido, todo de seda, com fímbrias de ouro e de prata, uma banda, um gibão de cetim, um chapéu de pele de castor, com um cordão entretecido de ouro e de prata” e “um alfanje (uma foice) tauxiado de prata com o respectivo talim”. Ao passo que para o “conde do Sonho foi oferecida uma cadeira estofada de cetim vermelho, com franjas de ouro e prata; um manto muito comprido de cetim variegado, uma túnica de veludo e também um chapéu de pele de castor”.³

¹ BARLÉU, G. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc.**, ora governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange. Tradução de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940, p. 271.

² *Idem, ibidem.*

³ *Ibid.*, p. 272.

Meio século depois, foi a vez do *obá* (rei) Tegbessu do Daomé, antigo reino situado na costa da África Ocidental, onde atualmente localiza-se a República do Benim, de enviar seus embaixadores para o outro lado do Atlântico, agora ao encontro do então vice-rei do Brasil, o conde de Atouguia, em Salvador. Segundo um relato de época, publicado em 1751, assinado por José Freire Monterroio Mascarenha, e intitulado *Relaçam da Embayxada que mandou o poderoso Rey de Angome Kiey Chiri Broncom, Senhor dos dilatadíssimos Sertoens de Guiné, enviou ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Luiz Peregrino de Ataide, Conde de Atouguia (...) e vice-rei do Estado do Brasil, pedindo a amizade e alliança do muito Alto e muito Poderoso Rey de Portugal Nosso Senhor*, revelado por Pierre Verger em sua obra *Fluxo e refluxo*, tal qual o governante do *Brasil holandês Seicentista*, o administrador do *Brasil português Setecentista* recebeu os diplomatas do monarca daomeano com todas “as honras decentes ao ministro de um rei”,⁴ com direito à salva de tiros da artilharia da Baía de Todos os Santos e desfile em traje de gala de todos os Regimentos de Infantaria soteropolitanos. Ao longo da segunda metade do século XVIII e nas primeiras três décadas do século XIX, o Brasil ainda recebeu outras três embaixadas enviadas pelos sucessivos reis do Daomé, duas do rei de Onim (posteriormente batizada por Lagos, capital da Nigéria), e uma do rei de Ardra (hoje conhecida por Porto Novo, capital do Benim), todas elas visando o estreitamento das relações comerciais e políticas entre as duas margens do Atlântico.

Pela frequência com que o Brasil, no período Colonial, recebeu missões diplomáticas enviadas por monarcas africanos já é possível deduzir o quão estreitas eram as relações entre a margem de cá e a de lá do Atlântico. Porém, não vou abordar neste trabalho a história destas embaixadas. Primeiro, porque compreendo que embora em número reduzido, a historiografia brasileira possui trabalhos que cobrem esta temática, posta inclusive em evidência nas duas últimas décadas graças aos trabalhos de Silvia Hunold Lara, Alberto da Costa e Silva, Jaime Rodrigues, Ana Lucia Araújo, Joice de Souza Santos, Luis Nicolau Parés, Mariza de Carvalho Soares, entre outros.⁵ E,

⁴ VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos**. Dos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 259.

⁵ LARA, S. H. “Uma embaixada africana na América portuguesa”. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). **Festas: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, vol. 1; SILVA, A. da C. e., “Cartas de um embaixador de Onim”. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, nº 6, p. 195-205, 1º semestre de 2005; RODRIGUES, J. “O tráfico de escravos e a experiência afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro”. In: **Anos 90**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, vol. 15, n. 27, p. 107-123, jul. de

segundo porque, conquanto o enfoque deste estudo também recaía sobre as relações africano-brasileiras de longa-data, pretendo aqui dar vazão à historicização do lado reverso destas relações, isto é, aos esforços do Brasil já apartado do domínio português, ou seja, independente, em proteger e fomentar os seus vínculos comerciais e políticos com o continente que lhe está em frente. Com base neste propósito, delimito a escala de observação deste trabalho às relações angolano-brasileiras durante o Oitocentos. Importa salientar que não fiz este recorte ao acaso. Até o final da primeira metade do século XIX, Angola e Brasil eram indiscutivelmente os dois grandes centros de exportação e de importação de escravos da África e da América respectivamente (como bem ilustram os mapas 1, 2 e 3). Disto resulta o imediatismo com que, tão logo conquistado o reconhecimento português da Independência brasileira, o Governo Imperial procurou estabelecer um Consulado em Luanda, centro administrativo da possessão portuguesa àquela altura conhecida por *Reino de Angola e de Benguela*. Não obstante, mesmo após a condenação do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, a partir da década de 1830, em vista das relações comerciais ainda pujantes entre os dois países, o Governo Imperial não desistiu deste intento, sustentando por duas décadas junto ao Governo Português o pleito pelo estabelecimento de um representante consular brasileiro em Luanda. É, pois, a história da institucionalização deste Consulado e, por conseguinte, das relações que Império pretendia sustentar e fomentar por meio deste órgão representativo com a colônia portuguesa de Angola que tratarei nesse trabalho.

* * *

Conquanto a historiografia referente ao circuito negreiro em funcionamento entre Angola e o Brasil seja vasta e esteja em constante renovação, “do que foi produzido até agora sobre as relações entre Brasil e Angola”, marcadamente do seu aspecto político, “continua a ser precária a pouca produção historiográfica sobre o

2008; ARAÚJO, A. L. “Dahomey, Portugal and Bahia: king Adandozan and the Atlantic Slave Trade”. In: **Slavery and abolition: a journal of Slave and Post-Slave studies**. Londres, vol. 33, n. 1, p. 1-19, 2011; SANTOS, J. de S. **As embaixadas dos Reinos da costa africana como mediadoras culturais: missões diplomáticas em Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa (1750-1823)**. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-Rio, 2012; PARÉS, L. N., “Cartas do Daomé: uma introdução/Cartas do Daomé (comentários e notas)”. In: **Afro-Ásia**. Salvador: UFBA, nº 47, p. 295-395, 2013; SOARES, M. de C. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1822”. In: **Afro-Ásia**. Salvador, n. 49, p. 229-271, 2014.

tema”.⁶ A assertiva é de Selma Alves Pantoja, e, embora já tenha se passado quase dez anos da sua realização, ela segue atual. Sobretudo, se considerado o período do século XIX, ou seja, das relações entre o Brasil Imperial – ou independente caso se prefira – e a Angola Colonial, cujos aspectos e dimensões, quer no âmbito da historiografia nacional, quer no da historiografia portuguesa, quer ainda no âmbito da historiografia estrangeira ao universo acadêmico do Brasil e de Portugal são muito pouco conhecidos.

Para o Oitocentos em particular, um trabalho que merece registro é o do português Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, intitulado *Relações entre Angola e Brasil, 1808-1830*.⁷ Originalmente produzido dentro do tradicional Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina instituição que, até a Revolução de 25 de abril de 1974, tinha por missão a formação de futuros quadros da administração ultramarina portuguesa, e publicado em 1970 pela Agência-Geral do Ultramar, órgão vinculado ao extinto Ministério do Ultramar responsável pela administração dos territórios coloniais de Portugal, o trabalho de Rebelo é obviamente eivado pela perspectiva factualista, positivista e glorificadora da história da expansão lusitana sobre a América, a África, Ásia e a Oceania. Mesmo assim, é preciso reconhecer o mérito do seu trabalho em termos de divulgação e mapeamento de documentação histórica acerca dos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos do estreito relacionamento nutrido entre as duas principais margens do complexo Atlântico português no início do século XIX. Não por acaso, o trabalho de Rebelo serviu como fonte para dois estudos defendidos concomitantemente em universidades do Brasil e dos Estados Unidos. Quais sejam: a dissertação de mestrado de Nilcea Lopes Lima dos Santos, *União Brasil-Angola: uma hipótese na independência*,⁸ apresentada em 1979 ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na qual a autora foca sua atenção na investigação das possíveis razões que teriam levado o Império brasileiro a silenciar-se diante do projeto levantado e defendido em Angola de adesão daquela ao Brasil quando da independência deste último; e, a tese de doutorado de Ane Wadsworth Pardo, *A comparative study of the Portuguese colonies of Angola and Brazil and their*

⁶ PANTOJA, S. A. “Angola até as vésperas da Independência do Brasil”. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Orgs.). **Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra**. Vitória: Flor & Cultura, 2007, p. 70.

⁷ REBELO, M. dos A. da S. **Relações Angola e Brasil, 1808-1830**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970.

⁸ SANTOS, N. L. L. dos. **União Brasil-Angla: uma hipótese na independência**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História da Universidade de Brasília, 1979.

interdependence from 1648-1825,⁹ submetida em 1977 à Boston University, em que a autora procura analisar o destino comum compartilhado entre as regiões costeiras do Brasil e Angola desde a expulsão dos holandeses do complexo Atlântico português, em meados do século XVII, até os eventos que resultaram na emancipação política do Brasil deste mesmo complexo ao final do primeiro quarto do século XIX. Afora estes estudos, a história das relações entre Brasil e Angola no Oitocentos segue negligenciada, embora, como reconheceu em 1972 Mário Gibson Barboza, ministro das Relações Exteriores do Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) “até o final do Império foi intenso o relacionamento entre as duas costas do Atlântico Sul”.¹⁰

Se a aproximação entre o Brasil e a África Atlântica era realmente tão intensa durante o período Imperial, como asseverou Gibson Barboza, por que então a história dessas relações, em especial da relação com a África Subsaariana que aqui nos interessa, segue ainda silenciada? É o próprio ex-ministro das Relações Exteriores quem fornece parte da resposta a essa questão. Como bem observou o estadista, “o retalhamento da África pelas nações europeias e o sistema colonial lá implantado”, a partir da segunda metade do Oitocentos, “alongaram em muito as distâncias entre as fronteiras físicas do Brasil e da África Atlântica”.¹¹ Isso porque a colonização política da África consolidou a colonização ideológica da diplomacia brasileira pelas mesmas nações imperialistas do Ocidente. Basta lembrar que, enquanto a África manteve-se sob o jugo da influência europeia, a agenda internacional do Brasil restringiu-se a uma pauta de atuação continental, sobretudo regional. Posicionamento este que, sem sombra de dúvida, muito contribuiu para a manutenção do bom relacionamento do país com os centros imperialistas do Ocidente do final do século XIX e início do XX, isto é, com a Europa e com os Estados Unidos. Neste sentido, é possível atinar que o distanciamento entre o Brasil Republicano e a África Colonial foi o preço que a diplomacia brasileira da primeira metade do Novecentos aceitou pagar para – como foi inicialmente apresentado pelo historiador trinitino Cyril L. R. James e, posteriormente, resgatado pelo teórico cultural jamaicano Stuart Hall, para caracterizar o Caribe pós-colonial – “estar no Ocidente sem”, de fato, “ser dele”.¹² Essa vontade de pertencer ao Ocidente incidiu diretamente sobre a organização interna do Ministério das Relações Exteriores do

⁹ PARDO, A. W. **A comparative study of the Portuguese colonies of Angola and Brazil and their interdependence from 1648-1825**. Ph.D. in History. Boston University, 1977.

¹⁰ BARBOZA, M. G. **Na diplomacia, o traçado todo da vida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2002, p. 397.

¹¹ *Idem, ibidem*.

¹² HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 107.

Brasil. Sem embargo, foi somente na gestão de Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1961-1964) que a organização interna do Itamaraty passou a contar com uma divisão especial para os assuntos relacionados à África,¹³ nos moldes das duas divisões congêneres que já existiam para os assuntos relativos à Europa e às Américas. Da mesma forma, foi também apenas a partir do *Relatório* de 1961, com a inclusão de um capítulo dedicado especialmente aos assuntos africanos, que os ministros das Relações Exteriores passaram a informar com regularidade os congressistas sobre a evolução das relações do Brasil com a África.¹⁴

A inexistência de uma divisão com propósito semelhante na estrutura administrativa da outrora denominada Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, assim como a ausência igualmente sentida de um tópico próprio às relações do Império com a África nos *Relatórios* dos ministros dos Negócios Estrangeiros do regime monárquico brasileiro também contribuíram – e ainda contribuem – para o silêncio da historiografia das relações internacionais quanto aos aspectos do relacionamento que o Império possa ter vindo a estabelecer quer com as autoridades políticas nativas, quer com as autoridades coloniais do continente africano. E não é para menos. Via de regra, o trabalho do historiador depende de fontes, isto é, de registros do passado que lhe possibilitem resgatar e analisar um determinado fato histórico. Para o historiador do campo propriamente dito das relações internacionais as principais, mas não as únicas, fontes de interesse são obviamente aquelas produzidas e arquivadas pelo órgão gestor do convívio internacional do Estado, ou seja, pelo próprio Ministério das Relações Exteriores. Não é, portanto, estranho constatar que, diante da aparente escassez de documentos sobre o relacionamento específico entre o Império e a África conservados na unidade do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, responsável pela proteção dos papéis da antiga Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros,¹⁵ os

¹³ Antes da institucionalização da Divisão da África (DAF) na gestão San Tiago Dantas, a África e, igualmente, a Ásia compreendiam tema de responsabilidade da Divisão da Europa, África e Oriente, que descendia, grosso modo, da antiga Seção da Europa, Ásia, África e Oceania instituída ainda nos primeiros anos da República. Cf. CASTRO, F. M. de O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Vol. I: 1808-1979. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp. 465-503.

¹⁴ SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 37.

¹⁵ Atualmente, o AHI é composto por duas unidades: uma no Rio de Janeiro e outra em Brasília. Enquanto a primeira reúne os documentos produzidos pelo ministério das Relações Exteriores desde a época do Império até o final do governo Juscelino Kubitschek, em 1960, a segunda conserva, em sua maior parte, documentos relativos ao andamento das relações exteriores do país com o mundo desde o governo Jânio Quadros, salvo alguns documentos anteriores a essa data que possam ter sido transferidos para a segunda unidade porque, no momento da consolidação da transferência do aparato ministerial para Brasília em 1972, ainda constituíam papéis de interesse diplomático do Governo Brasileiro. Para maiores informações quanto à estrutura e os fundos das duas unidades do Arquivo do

historiadores desse campo de estudo tenham preferido talvez concentrar os seus esforços na investigação de um passado mais recente e diáfano, como o da retomada das relações africano-brasileiras em meio a crise do colonialismo europeu pós-1945 e a onda independentista dos novos Estados africanos que a esta se seguiu,¹⁶ do que na averiguação de um passado mais distante e obscuro do intercâmbio diplomático entre as duas costas do Atlântico Sul.

Entretanto, a par da proposição levantada pelo historiador francês Henry Rousso de que todo arquivo, seja ele de circulação restrita ou acessível, de posse de um acervo limitado ou abrangente não deixa de ser “o sintoma de uma falta”, e que cabe ao historiador “a tarefa tanto em tentar supri-la, (...) quanto em exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado”,¹⁷ o trabalho que agora apresento procurou superar estas dificuldades iniciais; a começar pela documentação diplomática aqui cotejada. Em geral, os estudos relativos à formulação e à evolução da política externa imperial tendem a concentrar sua atenção na análise da documentação gerada pelas Legações Imperiais, o que é perfeitamente compreensível. Ora, numa época em que as embaixadas, isto é, as missões diplomáticas de caráter fixo, ainda não haviam se consagrado como o principal meio do relacionamento interestatal, as Legações, por serem missões duradouras, porém de caráter transitório e extraordinário, eram as instituições de maior precedência da diplomacia imperial. Como assinalado por Louise Glaber, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros optava pelo estabelecimento ou não de uma Legação no exterior de acordo com o grau de interesse e parceria do Império com cada país.¹⁸ Em face da natureza monárquica do Estado brasileiro, a Europa foi conseqüentemente o continente onde o Império manteve o maior número de Legações, ao passo que na América, continente dominado por Repúblicas, existia apenas uma Legação, em Washington, nos Estados Unidos. Por aí já se pode presumir que não houve interesse do Império em instalar nenhuma Legação na África,

Itamaraty. Cf. PENNA FILHO, P. “A pesquisa histórica no Itamaraty”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 42 (2), p. 117-144, 1999.

¹⁶ É preciso reconhecer aqui a importante contribuição, entre outros, dos trabalhos de SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias). Brasília: Ed. da UnB, 1996; PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, nº 39, pp. 57-81, 2007; BITTENCOURT, M. **Estamos juntos**: o MPLA e a luta anticolonial. Luanda: Kilombelombe, 2008, 2 vols.

¹⁷ ROUSSO, H. “O arquivo ou o indício de uma falta”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 9, nº 17, 1996, p. 91.

¹⁸ GLABER, L. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil (1823-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Série Memória da Administração Pública Brasileira), 2013, p. 13.

continente que até meados do século XIX, como diz Silva, só havia aberto “um pouco da sua casca”,¹⁹ e que seguia sendo dominando internamente por diversos potentados (príncipes) deixados à margem do chamado concerto das Nações Ocidentais. O *sintoma dessa falta* direcionou o foco investigativo deste trabalho para outro *corpus* documental do Arquivo Histórico do Itamaraty: o do serviço consular.

Como observou Pio Penna Filho, conquanto “a documentação consular [seja] muito interessante, sobretudo para quem deseja investigar temas que escapem às tradicionais análises políticas e econômicas”,²⁰ esta até o momento “praticamente não despertou interesse entre os pesquisadores”²¹ da história das relações internacionais do Brasil. Entretanto, cumpre frisar que essa não é uma lacuna exclusiva da historiografia brasileira. De acordo com o historiador holandês Ferry de Goey, à exceção da Escola Inglesa de relações internacionais, os demais historiadores do passado diplomático costumam “negligenciar o serviço consular, porque acreditam que este cuida apenas de temas menores (...) e não de alta política”.²² Isso ocorre, segundo Goey, porque os historiadores ignoram o fato de que, durante o século XIX, “os deveres e as funções dos cônsules em regiões que não faziam parte da Família das Nações, posto que (ainda) não haviam assimilado o padrão [ocidental] de civilização”, como no Extremo e Médio Oriente e, igualmente, na África, “eram particularmente diferentes dos desempenhados nos países Ocidentais”. Nessas regiões, “era [usualmente] conferida aos cônsules extraterritorialidade total: dos seus poderes políticos, judiciais e econômicos” a fim de auxiliá-los na difícil tarefa de defender e propagar os interesses econômicos de suas nações.²³ Em vista disso, é de se esperar que a documentação consular detenha um grande potencial informativo, capaz, senão de contestar a célebre advertência proferida há pouco mais de meio século por José Honório Rodrigues – a de que: “quem examinar os fundamentos de nossa política exterior verá que na própria distribuição dos postos diplomáticos foi sempre a Europa a contemplada”²⁴ –, ao menos de inserir novos elementos que contribuam para uma ressignificação da história das relações exteriores do Brasil à época do Império, em particular com a África.

¹⁹ SILVA, A. da C. e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da UFRJ, 2003, p. 53.

²⁰ PENNA FILHO, P. A pesquisa histórica no Itamaraty, Op. Cit., p. 143.

²¹ *Idem*, p. 131.

²² GOEY, F. de. **Consuls and the institutions of global capitalism, 1783-1914**. Nova York: Routledge, 2014, p. 11.

²³ *Idem*, p. 5.

²⁴ RODRIGUES, J. H. **Brasil e África: outros horizontes**. Vol. I – relações e contribuições mútuas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 204.

Por conta do enredo transoceânico deste trabalho necessitei enveredar também pela documentação colonial e diplomática do Estado português em relação a Angola. Desta feita, este estudo conta também com fontes primárias arroladas no Arquivo Histórico Ultramarino, cujo acervo, como o próprio nome já indica, é composto por documentos acerca da administração das colônias de Portugal na Ásia, África, América e Oceania, entre os séculos XVII e XX.²⁵ O interesse pela documentação desse Arquivo resultou da necessidade de preencher algumas lacunas deixadas em aberto pela documentação brasileira, como, por exemplo, as dimensões da política ultramarina de Portugal para a África, mormente para Angola, após a Independência do Brasil, bem como as impressões que os cônsules brasileiros nomeados para servir naquela colônia teriam causado às autoridades administrativas angolanas. Ainda utilizo aqui material extraído do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país que dividem a responsabilidade pela guarda dos papéis que contam a história da chancelaria portuguesa.²⁶ O estudo dessa documentação se mostrou imprescindível para recriar todas as etapas da longa negociação empreendida entre a Legação Imperial em Lisboa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal para a abertura do Consulado do Brasil em Angola.

Obviamente, em vista do próprio objeto desse estudo, eu pretendia coligir a documentação brasileira e portuguesa com a angolana. Todavia, não foi possível viajar até Angola para proceder a um trabalho de investigação similar àquele desenvolvido nos arquivos brasileiros e portugueses. Diante disto, consultei a documentação do Projeto Acervo Digital Angola-Brasil,²⁷ composto por 25 mil páginas de documentos digitalizados do Arquivo Histórico Nacional de Angola e conservados no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na esperança de reunir outras informações sobre as relações entre Brasil e Angola. Contudo, uma vez que, até o momento da

²⁵ Sobre a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino consultar: INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVO. **Guia de fontes portuguesas para a História da África**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, vol. I, p. 91-109.

²⁶ Assim como a documentação diplomática brasileira encontra-se dividida em dois Arquivos, um no Rio de Janeiro outro em Brasília, a documentação diplomática portuguesa também se encontra dividida entre duas instituições distintas. O ANTT reúne a documentação diplomática produzida entre 1736, data da criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino de Portugal, até o início da década de 1850, quando a referida Secretaria foi extinta. Já o AHD, que pertence ao próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, reúne toda a documentação diplomática lusitana produzida de 1850 até os dias atuais. Para maiores informações a respeito da organização documental diplomática de Portugal. Cf. FARINHA, M. do C. J. D. **Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo**. Lisboa: ANTT, 1990; e também SERRÃO, J.; LEAL, M. J. da S.; PEREIRA, M. H. **Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1984-85, 3 Vols.

²⁷ Disponível na **Revista do IHGB**, ano 166, nº 427, abr. – jun. de 2005.

concretização deste trabalho, a catalogação deste gigantesco acervo ainda não havia sido concluída, sobretudo em relação à documentação posterior à independência do Brasil, saliento que este é um trabalho para o futuro.

Ainda com relação às fontes aqui cotejadas, resta esclarecer que embora a documentação descrita anteriormente constitua o principal *corpus* documental deste trabalho, a fim de tentar preencher as lacunas deixadas por essa própria documentação, recorri também aos *Relatórios Anuais* de algumas repartições da estrutura administrativa do Estado imperial brasileiro, em especial aos *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros*; e a alguns impressos circulantes no Brasil, em Portugal e na Angola Oitocentista, a exemplo do *Almanak Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro*, uma das principais fontes para a compreensão do cotidiano da Corte Imperial brasileira, e do *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola*, periódico oficial do governo ultramarino angolano editado a partir de 1845, por meio do qual é possível mapear e compreender boa parte da política colonial de Portugal para Angola na segunda metade do século XIX; e de outros diversos periódicos que serão apresentados ao leitor no decorrer do trabalho. Para além dessa variedade de fontes de primeira mão, um número igualmente grande e diversificado de fontes secundárias contribuiu para a realização deste trabalho. Estas fontes constituem-se de ensaios e memórias produzidos por brasileiros, portugueses, angolanos e até por alguns estrangeiros – como definiu Gilberto Freyre – “do Mundo que o português criou”²⁸ entre a segunda metade do Oitocentos e a primeira do Novecentos; e elas foram literalmente garimpadas entre o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Real Gabinete Português de Leitura, da Biblioteca Nacional de Lisboa, e em algumas Bibliotecas Universitárias tanto do Brasil como de Portugal.

* * *

Nos três primeiros capítulos deste trabalho abordo as relações – ou, caso se prefira chamar, as tentativas de manutenção das relações – entre o Império recém-independente do Brasil e a colônia portuguesa de Angola ao longo do Primeiro Reinado.

²⁸ FREYRE, G. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

De modo geral, esses capítulos compõem a primeira sessão deste estudo, que é fundamentada na hipótese de que mesmo após ter renunciado oficialmente a qualquer suposta ou futura pretensão anexionista em relação a Angola, e mesmo depois de ter aceitado o prazo de três anos para o encerramento dos portos brasileiros ao comércio intercontinental de escravos, o regime de D. Pedro I jamais esteve realmente disposto a abrir mão das relações comerciais especiais desfrutadas com a costa contígua do Atlântico Sul. O fato de o Consulado Brasileiro em Luanda ter sido criado justamente no intervalo entre a celebração do Tratado de Aliança e Amizade com Portugal (1825) e a contratação da Convenção para Abolição do Tráfico de Africanos com a Grã-Bretanha (1826) dão margem a esta hipótese. Posto isto, resta passar em revista os assuntos específicos de que trato em cada um desses capítulos. No capítulo 1 – *O reconhecimento vindo de Angola* – estou interessado em recuperar os ecos da Independência do Brasil em Angola. Nesse sentido, o primeiro capítulo oferece ao leitor uma revisão histórica dos fortes laços que uniam as duas costas do Atlântico Sul nas primeiras décadas do século XIX. De modo que, antes de se aventurar pela leitura dos demais textos deste trabalho que tratam especificamente das aspirações consulares do Império em relação a Angola, o leitor deve ter em mente que as relações das duas costas do Atlântico Sul no início do Oitocentos eram estreitas demais para que a margem de lá não fosse influenciada pelos eventos político-separatistas ocorridos na margem de cá e, igualmente, para que o Governo Imperial não tencionasse manter-se de alguma forma presente na política interna angolana.

No capítulo 2 – *Um cônsul da Nação Brasileira para Angola* – início, de fato, a exploração da história por trás da criação do Consulado do Império do Brasil no Reino de Angola. Parto aqui do princípio de que a decisão de criação do sobredito posto consular foi algo gestado ao longo do próprio processo emancipacionista do país, quando a obstrução das relações comerciais entre os portos do Brasil e de Angola, surgida no contexto do contencioso luso-brasileiro (1822-1825), teria servido de alerta aos estadistas imperiais para a necessidade de ter um agente que zelasse pelos interesses dos súditos brasileiros enraizados no ainda pujante e legal negócio negreiro realizado em Angola. Dada a relevância estratégica do posto, obviamente a responsabilidade do seu comando não podia ser entregue a qualquer um, no entanto os agentes melhor qualificados do corpo diplomático e consular do Primeiro Reinado, além de serem em número muito limitado, encontravam-se majoritariamente envolvidos na obtenção do reconhecimento entre as Cortes europeias. Ainda assim, tomada a decisão de abrir o

Consulado, chegou-se ao nome de Ruy Germack Possolo para ocupá-lo. O que leva a perguntar: Quem era, afinal, Ruy Germack Possolo? Qual a sua relação com o regime de D. Pedro I? Teria ele alguma aptidão burocrática que justificasse a sua nomeação? Que expectativas cercavam a sua missão? Que ações ele procurou promover para atender as suas atribuições consulares? São essas as questões que procurei responder nesse capítulo.

Já no capítulo 3 – *Da recepção à expulsão de Ruy Germack Possolo de Luanda* – investiguei as desconfianças nutridas pelas autoridades centrais e coloniais de Portugal com relação à pessoa e, sobretudo, à missão do cônsul do regime de D. Pedro I instalado em Luanda. Como proponho nesse capítulo, a abertura do Consulado foi uma imposição do gabinete do Rio de Janeiro sobre o gabinete de Lisboa, que, na altura, não dispunha de força moral ou política – nem tampouco militar – para opor-se concretamente à primazia do regime de D. Pedro I no concerto atlântico-africano. Ainda assim, as autoridades centrais e coloniais portuguesas nunca esconderam o seu descontentamento e usaram de outros meios para obstar as pretensões consulares do Brasil em relação a Angola. A título de exemplificação, convém adiantar, desde já, que, enquanto os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal silenciaram-se a respeito do *exequatur* de Possolo, isto é, da chancela à sua carta patente, o governador-geral de Angola àquele tempo, Nicolau de Abreu Castelo Branco, embora tenha anuído à sua recepção, jamais aquiesceu às pretensões e reclamações movidas pelo cônsul brasileiro. Tais fatores, somados às vicissitudes das relações luso-brasileiras no final da década de 1820, contribuíram para inviabilizar a continuidade da missão de Germack Possolo em Angola, dada por encerrada em meados de 1828.

Por sua vez, nos três últimos capítulos abordo um período mais alargado de investigação, abarcando todo o período da Regência e as duas primeiras décadas do Segundo Reinado. Os capítulos reunidos nesse segundo momento do trabalho partem de duas premissas coligadas: (1.º) Ciente de que a condenação do negócio intercontinental de escravos, a partir da promulgação da lei antitráfico de 7 de novembro de 1831, colocou novamente em risco – desta vez até mais real que a ruptura luso-brasileira na década anterior – as ligações comerciais entre o Brasil e Angola, o Governo Imperial teria alimentado por cerca de três décadas a aspiração de possuir um agente consular em Luanda na esperança não só de proteger os súditos brasileiros dos excessos cometidos pelas autoridades ultramarinas de Portugal no combate ao tráfico transatlântico de

escravos, mas também na expectativa de que ele ajudasse a identificar e a promover um novo *produto rei* capaz de substituir o *produto rei deposto* (leia-se: o africano escravizado), e com isso manter os estreitos laços comerciais entre as duas costas do Atlântico Sul; (2.º) Tais aspirações, contudo, eram incompatíveis com a política reformista do Império Ultramarino Português Oitocentista, concebida abaixo do ideal *regeneracionista* da honra e glória portuguesa, preconizado, por sua vez, na transformação das possessões sobressalentes na África em um *Novo Brasil*.

A par dessas hipóteses, os capítulos finais deste trabalho possuem seus pontos específicos de análise. Vejamos quais sejam. No capítulo 4 – *A reabertura do Consulado Brasileiro em Angola: o longo caminho* – tomo a desinteligência entre Brasil e Portugal em torno da questão consular como reflexo das ambições distintas e incompatíveis que cada país nutria em relação ao espaço atlântico-africano no segundo quarto do século XIX. Ora, basta lembrar que enquanto o Brasil conheceu no final do período Regencial o *Regresso*, projeto de construção do Estado imperial assentado na reafirmação dos interesses econômicos da grande lavoura cafeeira e na escravidão como ordem social e produtiva hegemônica, que, a despeito da agenda Saquarema e Luzia (isto é: conservadora e liberal), foi reafirmado nas primeiras décadas do Segundo Reinado, Portugal assistiu no mesmo período ao amadurecimento do ideário *regeneracionista*, matriz do pensamento reformista liberal perene em todo o Portugal Oitocentista e que tinha no desenvolvimento racional da exploração dos territórios coloniais da monarquia portuguesa, em especial naqueles encravados na África, a sua bandeira. Dentro dessa ótica *regeneracionista*, a supressão do tráfico transatlântico de escravos converteu-se em poderoso instrumento de reafirmação da relação centro-periferia pretendido por Lisboa em relação a Luanda, e à África Portuguesa como um todo. Por essa razão, somente depois que a diplomacia imperial conseguiu provar por A mais B que o Governo Brasileiro se encontrava verdadeiramente empenhado no combate ao *infame comércio* de escravos é que Portugal, enfim, aquiesceu na fixação de um agente brasileiro em Angola.

A conquista da tão almejada autorização para o envio de agentes aos territórios ultramarinos portugueses, em 1854, não significou, porém, o fim da penosa sina do Consulado do Brasil em Angola. Acontece que as dificuldades para se achar um indivíduo com o perfil, a disponibilidade e as competências necessárias para ocupar o posto em questão foram grandes. Não obstante, fatos externos ao controle da Secretaria

dos Negócios Estrangeiros contribuíram para o adiamento do início das atividades do Consulado. Neste sentido, convém antecipar que o primeiro nomeado, Hermenegildo Frederico Niterói, nem sequer chegou a viajar para Luanda a fim de tomar posse do posto. O segundo nomeado, Ignácio José Nogueira da Gama, conquanto tenha assumido, não permaneceu mais que dois meses no cargo. Somente o terceiro designado pelo Governo Imperial, o dr. Saturnino de Souza e Oliveira, é quem de fato tomaria a frente do Consulado a partir de 1858. As dificuldades por trás da escolha deste último e de seus predecessores para ocuparem o cargo consular em Luanda são, pois, a matéria de interesse do capítulo 5 – *Procura-se um novo cônsul para Angola*. Ainda sobre esse capítulo, cabe esclarecer que através da investigação da trajetória pessoal e profissional de Niterói, Nogueira da Gama e Souza e Oliveira, almejei lançar alguma luz sobre o quadro mais geral da organização interna da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em especial sobre o seu quadro de agentes consulares, de modo a compreender o papel reservado ao Consulado Brasileiro em Luanda no âmbito da diretriz atlântico-africana da diplomacia do Segundo Reinado.

Defendo, por fim, neste trabalho que, no momento da reabertura do Consulado do Brasil em Angola, a diplomacia imperial nutria grande expectativa com aquela representação. Prova cabal disso é que, quando Souza e Oliveira partiu do Rio de Janeiro com destino a Luanda a fim de tomar posse do cargo para o qual havia sido nomeado, em finais de 1857, Caetano Maria Lopes Gama, marquês de Maranguape, à época ministro dos Negócios Estrangeiros, além de instruí-lo a dedicar especial atenção ao combate do tráfico transatlântico de escravos para o Império, garantindo que este não fosse reanimado, orientou-o a estudar profundamente o estado em que se achavam as relações comerciais do Império com Angola e, a partir disso, propor ao Governo Imperial as medidas necessárias para reestabelecer a supremacia brasileira sobre o comércio daquela colônia portuguesa. Logo, no sexto e último capítulo deste estudo – *Da admissão à exoneração de Saturnino de Souza e Oliveira ao posto consular em Luanda* – me dedico a analisar as manifestações nostálgicas da diplomacia imperial em relação aos contatos de outrora com Angola – e com o restante da África – presentes nas instruções dirigidas ao cônsul brasileiro, que pouco ou nada pôde fazer para atender aos objetivos depositados em sua missão, uma vez que à época em que ele desembarcou em Luanda a substituição da *Angola Brasílica* pela *Angola Lusíada* já se encontrava em marcha acelerada de execução.

* * *

Para concluir o texto introdutório deste trabalho, resta fazer, ainda, um breve esclarecimento. Quando cito passagens de documentos ou de textos antigos utilizo a ortografia da língua portuguesa corrente nos dias de hoje. No entanto, quando faço referência direta ao título de livros, iconografias, periódicos e outras fontes utilizo a ortografia original destes escritos.

ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

I. a. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

- Correspondência da Legação Brasileira em Lisboa:
 - Maço 213/04/07.
 - Maço 213/04/08.
- Correspondência do Consulado Brasileiro em Luanda:
 - Maço 238/02/01.
 - Maço 238/02/01.
 - Maço 238/02/03.
- Ofícios para os cônsules em ilhas e colônias portuguesas:
 - Maço 252/04/06.

I. b. Arquivo Histórico Diplomático (AHD)

- Correspondência da Legação Brasileira em Portugal
 - Caixa 730

I. c. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

- Conselho Ultramarino – Angola
 - Caixa 142
 - Caixa 144
 - Caixa 145
 - Caixa 154
 - Caixa 158
 - Caixa 159
 - Caixa 162
 - Caixa 164
- Livro de Registro de Ordens Régias e Avisos para Angola da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1821-1830)
 - Códice: 542, rolo 261

- Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar
 - Pasta 25-2, ANG, sala 1, L.
 - Pasta 26-1, ANG, sala 1, L.
 - Pasta 32, ANG, sala 1, L.

I. d. Arquivo Histórico da Torre do Tombo (ANTT)

- Livro de Registro de Batismo. Paróquia da Lapa, de Lisboa: 1780/1789:
 - Livro 2/Microfilme 1015.
- Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - Correspondência da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro:
Caixa 533/Microfilme 7135.
Caixa 540/Microfilme 7339.
Livro 593/Microfilme 803.
Livro 724/Microfilme 2879.
 - Legação Portuguesa no Rio de Janeiro:
Caixa 536/Microfilme 7341.
Livro 593/Microfilme 803.
 - Notas para o Governo Brasileiro:
Livro 724/Microfilme 2879.
 - Ofícios para a Corte:
Livro 714/Microfilme. 2886.
 - Registros de cartas patentes de cônsules portugueses e estrangeiros:
Livro 26

II. FONTES IMPRESSAS¹

II. a. Brazilian Government Documents/Center for Research Libraries (CRL)

- Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (Almanack Laemmert):
 - Anos de 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1860, 1876.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores:
 - Ano de 1926.

¹ Foi conservada a grafia original dos títulos das obras impressas utilizadas neste trabalho.

- Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro:
 - Ano de 1840.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros:
 - Anos de 1830, 1831, 1834, 1835, 1843, 1845, 1846, 1847, 1848, 1852, 1853, 1854, 1856, 1858, 1859.
- Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha:
 - Anos de 1827, 1829, 1829.

II. b. Periódicos

- Archivo Universal – Revista Hebdomadaria:
 - N° 23 (05/12/1859)
- Boletim Official do Governo-Geral da Província d’Angola:
 - N° 019 (17/01/1846).
 - N° 303 (19/07/1851).
 - N° 585 (13/12/1856).
 - N° 587 (27/12/1856).
 - N° 588 (03/01/1857).
 - N° 592 (31/01/1857).
 - N° 645 (06/02/1858).
 - N° 664 (19/06/1858).
 - N° 728 (17/09/1859).
 - N° 750 (18/02/1860).
- Gazeta do Rio de Janeiro:
 - N° 119 (03/10/1822).
 - N° 120 (05/10/1822).
- Jornal do Commercio (Lisboa):
 - N° 1853 (01/12/1859).
- Jornal do Commercio (Rio de Janeiro):
 - N° 284 (14/10/1859).
- O Philanthropo:
 - N° 102 (14/03/1851).
 - N° 106 (09/05/1851).

II. c. Legislação

- Anais da Câmara dos Deputados do Brasil:
 - Sessão de 20 de agosto de 1836.
 - Sessão de 22 de agosto de 1836.

- Coleção das Leis do Império do Brasil:
 - Anos de 1822, 1834, 1847 e 1851.
- Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constitucionais da Nação Portuguesa:
 - Ano de 1822.
- Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa:
 - Anos de 1826.

II. d. Dicionários

BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 6 e 7.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. 2.

_____. **Supplemento ao vocabulario portuguez & latino**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1721.

SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza composto por D. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes e Silva**. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Faria, 1789.

_____. **Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por António de Moraes Silva**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____; OLIVEIRA VELHO, T. J. de. **Diccionario da lingua portugueza composto por António de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro**. Quarta edição reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posto em ordem correcta, e enriquecida de grande número de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho. Lisboa: Na Impressão Régia, 1831 (Tomo I. A – E).

II. e. Outros Documentos Impressos

Archivo Medico Brasileiro, Gazeta mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias. Rio de Janeiro: Typographia do Archivo Medico Brasileiro, tomo IV, nº 3, dezembro de 1847.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. “Carta Constitucional da Monarchia Portugueza decretada e dada pelo rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil, aos 29 de abril de 1826”. *In*: **O constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

Class A, correspondence with the British Commission at Sierra Leone, the Havana, Rio de Janeiro, and Surinam relating to the slave trade. London: House of Commons Parliamentary Papers, 1843.

Class A. Correspondence with the British Commissioners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope, and Loanda; and reports from British Vice-Admiralty Courts; and from British Naval Officers, relating to the Slave trade from April 1st 1859 to March 31st 1860. Londres: Printed by Harrison and Sons, 1860.

Class B: Correspondence with British Ministers and Agents in Foreign Countries, and with Foreign Ministers in England, relating the slave trade, from April 1st 1858 to March 31st 1859. Londres: Printed by Harrison and Sons, 1859.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado: 1842-1889.** Brasília: Câmara dos Deputados. 4. Vols., 1978-1979.

Correspondência do marquês de Resende. *In: Revista do IHGB.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Tomo 80, 1917, pp. 161-165.

Documentos ácerca do Trafico da Escravatura extrahidos dos papeis relativos a Portugal apresentados ao Parlamento Britannico. Lisboa: Typographia do Largo do Contador Mor, 1840.

Instruções de 20 de setembro de 1834 de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros, para Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado de negócios e ministro plenipotenciário em Portugal. *In: Cadernos do CHDD.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, ano 7, nº 12, p. 163-169, primeiro semestre de 2008.

Instruções de 7 de julho de 1845, de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Álvaro Teixeira de Macedo, secretário da Legação Imperial em Portugal. *In: Cadernos do CHDD.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, ano 9, nº 17, p. 163-164, segundo semestre de 2001.

Instruções de 16 de março de 1846, de Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Portugal. *In: Cadernos do CHDD,* Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, ano 9, nº 17, p. 245-247, segundo semestre de 2001.

Memoria presentada por el Ministro de estado em el Departamento de Guerra y Marina al Congreso Nacional. Buenos Aires: Imprenta del Comercio del Plata, 1866.

MENEZES, S. L. de C. e. **Relatório do Governador Geral da Província de Angola para o ano de 1861.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Parecer da Comissão de Fazenda da Camara dos Deputados da Assembleia Geral Legislativa do Imperio do Brasil sobre o relatório do ministro e secretário de Estado dos negócios da Fazenda enviado à mesma Camara; em que se expõem o

estado da administração, arrecadação e distribuição das renda nacionais, e orçamento das despesas para o ano de 1827. Lido na sessão de 18 de agosto de 1826, e publicado a 28 do mesmo mes Relatório ou exposição do Ministro da Fazenda sobre o estado da administração respectiva - Exposição do estado da Fazenda Nacional do Império do Brasil em fim do Anno de 1825, com o Orçamento da Renda, e Despeza, que poderá ter lugar no corrente Anno de 1826. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1826.

Reconhecimento da independência do Império do Brazil pelos reis d'África. *In: Revista do IHGB.* Rio de Janeiro: IHGB, tomo LIV, parte II, 1891.

Tratado celebrado entre a Rainha A Senhora Dona Maria II, e Victoria I, da Gran-Bretanha, para a completa abolição do Tráfico da Escravatura, assignado em Lisboa a 3 de julho de 1842, e ratificado por Portugal em 29, e pela Gran-Bretanha em 16 do dito mez e anno, sendo as ratificações trocadas em Lisboa em 29 do mesmo. *In: CASTRO, J. F. B. de. Collecção de tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre A Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente.* Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

II. f. Obras Raras

BARLÉU, G. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do illustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc.,** ora governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange. Tradução de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

BUËT-WILLAUMEZ, L. É. **Commerce et trait des noirs aux cites occidentals d'Afrique.** Paris: Imprimerie Nationale, 1848.

FIGUEIREDO, F. de. "Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)". *In: Diário de Pernambuco, livro comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco. 1825-1925.* Recife: [s.n.], 1925.

LIMA, J. J. L. de. **Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na China e na Oceania.** Vol. 3: Ensaio sobre a statistica de Angola, e Benguela, e suas dependências. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

MENEZES, J. J. de C. e. **Demonstração geographica e política do Territorio Portuguez na Guine Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguella, e suas Dependências etc.** Rio de Janeiro: Typ. Classica de F. A. de Almeida, 1848.

NABUCO, J. **O dever dos monarchistas.** Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

NEVES, J. A. das. **Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portuguezes na Africa e na Asia.** Lisboa: Impressão Regia, 1830.

OLIVEIRA, S de. S; FRANCINA, M. A. de C. **Elementos gramaticaes da lingua Nbundu oferecidos a S.M.F O Senhor D. Luiz I.** Loanda: Imprensa do Governo, 1864.

_____. **Relatorio histórico da epidemia de variola que grassou em Loanda em 1864 offerecido ao Illmº Exmº Sr. Conselheiro José Baptista de Andrade, governador-geral da província de Angola.** Lisboa: Typographia Universal, 1866.

SANTOS, E. dos. **Angolana** (documentação sobre Angola): 1845 – Volume III. Luanda/Lisboa: Instituto de Investigação Científica de Angola/Centro de Estudos Histórico Ultramarino, 1976.

SILVA, A. D. da. **Collecção da Legislação Portuguesa de 1775 a 1790.** Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

TAMS, G. **Visita às possessões portuguezas na costa occidental d'África.** Porto: Typographia da Revista, 1850, vol. I.

TORRES, J. C. F. C. de C. B. e. **Memorias contendo a biografia do Vice-Almirante Luiz da Motta Feo e Torres.** A História dos governadores e capitaens generaes de Angola, desde 1575 até 1825. Descrição geographica e politica dos Reinos de Angola e de Benguella. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

VALDEZ, A. **Anuario portuguez historico biographico e diplomatico:** seguido de uma synopse de tratados e convenções celebrados entre Portugal e outras Potencias ou em que este Reino foi comprehendido desde 1093 até 1854. Lisboa: Typographia da Revista Universal, 1855.

VISCONDE DE CAIRU, José da Silva Lisboa, *Princípios de direito mercantil.* Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798.

_____. **Observações sobre o commercio no Brazil pelo author dos Princípios de Direito Mercantil.** Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809.

III. BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, H. **Tratado de direito internacional público.** Vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. [et al.]. **Manual de direito internacional público.** 19ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

ADAMSON, A. **Sugar without slaves: the political economy of British Guiana, 1838-1904.** Londres: Yale University Press, 1972.

ADDERLEY, R. M. “**New negroes from Africa**”. Slave trade abolition and free African settlement in the Nineteenth-Century Caribbean. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

ALENCASTRO, L. F. de. “Vida privada e ordem privada no Império”. *In: _____* (Org.). **História da vida privado no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, V. **Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)**. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

_____. “Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)”. *In: Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVI (111), p. 319-321, 2º semestre de 1991.

_____. **Os sentidos do Império**. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. “A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)”. *In: Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVIII (121), p. 309-341, 2º semestre de 1993.

_____. “A África no imaginário político português (Séculos XIX-XX)”. *In: Penélope*. Lisboa, nº 15, 1995

_____. **Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Afrontamento, 2000.

ALMEIDA, J. B. de. “A humanização do direito consular”. *In: Revista Onis Ciência*. Braga, vol. II, ano II, nº 7 – Tomo II, p.119-138, maio/agosto de 2014.

ALMEIDA, P. R. de. **A formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. Brasília/São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão/SENAC, 2001.

ALMEIDA PRADO, J. F. “A Bahia e suas relações com o Daomé”. *In: O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 115-226, 1956.

ARAÚJO, A. L., “Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave trade”. *In: Slavery & Abolition: a journal of Slave and Post-Slave Studies*. Londres: Routledge, v. 33, nº 1, p. 1-19, 2012.

BARATA, A. M. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora/São Paulo: Ed. UFJF/Annablume, 2006.

BARATA, C. E. de A.; BUENO, A. H. da C. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Instituto Ibero-Americano, s/d, vol. 2.

BARBOZA, M. G. **Na diplomacia, o traçado todo da vida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2002.

BENTIVOGLIO, J. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”. *In: Revista Esboços*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, vol. 17, nº 23, p. 187-221, 2010.

BETHELL, L. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. “O Brasil no mundo”. *In: CARVALHO, J. M. de (Coord.). A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BEVILAQUA, C. **Princípios elementares de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1906.

BITTENCOURT, M. **Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial**. Luanda: Kilombelombe, 2008, 2 vols.

BONIFÁCIO, M. de F. “A ‘causa’ de D. Maria II (1826-1834)”. *In: Análise Social*. Lisboa: ICS-UL, vol. XXXIX (174), p. 519-545, 2004.

BONTINCK, F. “Notes complementaires sur Dom Nicolau Agua Rosada e Sardonia”. *In: African Historical Studies*. Boston: Boston University African Center, vol. 2, nº 1, p. 101-119, 1969.

BORGES, A. G. V. “**Meu triste canto deve ser ouvido**”: Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838), Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2006.

BULEY, G. E. S. **Liberia: the rise and fall of the First Republic**. London: MacMillan Publisher, 1983.

CAETANO, M. **Portugal e a internacionalização dos problemas africanos** (História duma batalha: da liberdade dos mares às Nações Unidas). Lisboa: Edições Ática, 1965.

CALÓGERAS, J. P. **A política exterior do Império**. Vol. II: o Primeiro Reinado. Brasília: Senado, 1998.

CAMARGO, A. R. “Delegacia do Tesouro em Londres”. *In: Dicionário on-line de verbetes da Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8178>.

CAMINHA, H. M. **História administrativa do Brasil** – organização e administração do Ministério da Marinha no Império. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

CANDIDO, M. P. **An African slaving port and the Atlantic World**. Benguela and its hinterland. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. “Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setecentista”. *In: GUEDES, R. (Org.). África: brasileiros e portugueses – séculos XVI – XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

CARVALHO, C. D. de. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, F. M. de O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Vol. I: 1808-1979. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CASTRO, Z. O. de. “A ‘varanda da Europa’ e o ‘cais do lado de lá’ Tratado de paz e aliança entre D. João VI e D. Pedro (29-08-1825)”. In: ____; SILVA, J. R.; SARMENTO, C. M. (Ed.). **Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO DE ANGOLA. **Governadores-Gerais e outras entidades de função governativa da província de Angola** (lista cronológica) 1575-1964. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

CERVO, A. L. **O Parlamento Brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília: Editora UnB, 1981.

_____; MAGALHÃES, J. C. de. **Depois das caravelas**. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Editora da UnB, 2000.

CHEIBUB, Z. B. “Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica”. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 1, p. 113-131, 1985.

CLARENCE-SMITH, G. **The third Portuguese Empire, 1825-1975**. A study in economic imperialism. Manchester: Manchester University Press, 1985.

COIMBRA, C. D. **Livros de Ofícios para o Reino do Arquivo Histórico de Angola**. 1726/1801. Luanda: Museu de Angola, 1959.

CONCEIÇÃO, L. B. da. **Soberania no Mundo Atlântico: tráfico de escravos e a construção do Estado nacional no Brasil monárquico (1831-1850)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

CORREIA, M. “O Congresso de Viena – Fórum da diplomacia conservadora no refazer da Carta Europeia”. In: **Nação e Defesa**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, ano. XIX, nº 69, p. 38-65, jan. – mar. de 1994.

COSTA, E. V. da. **Coroa de glórias, lágrimas de sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, W. P. “Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência”. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação (c.1770 – c.1850)**. São Paulo: Hucitec, 2003.

COUTO, C. “O pacto colonial e a interferência brasileira no domínio das relações econômicas entre Angola e o Reino no século XVIII”. *In: Estudos Históricos*. Marília: UNESP, nº 10, p. 21-32, 1971.

CUNHA, M. S. da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. *In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (Org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

CURTO, J. C.; GERVAIS, R. R. “A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1782-1844”. *In: Topói*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 4, p. 85-138, 2002.

CURTIN, P. D. **The Atlantic slave trade**. A census. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. vol. 3, tomo 2. São Paulo: Martins Editora, 1975.

DIAS, J. “Angola nas vésperas da abolição do tráfico de escravos (1820-1845)”. *In: _____; ALEXANDRE, V. (Org.). O Império africano (1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. “Criando um novo Brasil (1845-1870)”. *In: _____; ALEXANDRE, V. (Orgs.). O Império africano (1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998.

DIAS, M. O. da S. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. *In: MOTA, C. G. (Org.). 1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

DIOGO JÚNIOR, A. **Angola perante a escravatura**. Luanda: Editorial Quissange, 1961.

EDELWEISS, F. G. **A antroponímia patriótica da Independência**. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1981.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

EL-KAREH, A. C. “O Rio de Janeiro e as primeiras linhas atlânticas de paquetes a vapor: 1850-1860”. *In: História Econômica & História de Empresas*. Niterói, vol. 6, p. 33-56, 2003.

ELTIS, D. **Economic growth and the ending of the Transatlantic Slave Trade**. Nova York: Oxford University Press, 1987.

_____. **The nineteenth-century transatlantic slave trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FARIA, A. de. **Notas para a genealogia da família Possollo (de origem genovesa)**. Leorne: Typographia Raphael Giusti, 1906.

FARINHA, M. do C. J. D. **Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo**. Lisboa: ANTT, 1990.

FERREIRA, F. A. “Investimentos privados de brasileiros na África Portuguesa: o caso da Western Africa Malachita Copper Mines Company”. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 12ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Vitória: UFES, 2015.

FERREIRA, R. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ: Rio de Janeiro, 1997.

_____. “Abolicionismo e fim do tráfico de escravos em Angola, séc. XIX”. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, nº especial, p. 171-173, 2005.

_____. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”. In: **Tempo**. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. da UFF, vol. 10, nº 20, p. 33-55, jan. de 2006.

_____. “‘Ilhas crioulas’: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica”. In: **Revista de História**. São Paulo: Departamento de História da USP, v. 115, nº 2, p. 17-41, 2006.

_____. “The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s – 1860s”. In: **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, v. 15, nº 1, p. 3-13, jan. – abr. de 2011.

_____. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World**. Angola and Brazil during the Era of the slave trade. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. “Abolicionismo *versus* colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX)”. In: GUEDES, R. (Org.). **África: brasileiros e portugueses – século XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, G. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GALVES, M. C. “‘Aderir’, ‘jurar’ e ‘aclamar’: o Império no Maranhão (1823-1826)”. In: **Almanack**. Guarulhos: Unifesp, nº 1, p. 105-118, 1º semestre de 2011.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

GLABER, L. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil (1823-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Série Memória da Administração Pública Brasileira), 2013.

GOEY, F. de. **Consuls and the institutions of global capitalism, 1783-1914**. Nova York: Routledge, 2014.

GOMES, M. J. B. de M. **Angola ao tempo do governador Nicolau de Abreu Castelo Branco: 1824-1830**. Trabalho de licenciatura em História apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965.

GONÇALVES, A. “O inconfidente que virou santo: estudo biográfico sobre Salvador Carvalho do Amaral Gurgel”. *In: Estudos Avançados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 24 (69), p. 119-141, 2009.

GONÇALVES, A. L. “Em nome da pátria”. *In: Nossa História*. Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, ano 3, nº 28, p. 36-39, fev. de 2006.

GONÇALVES, M. de S. “A morte anunciada”. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 3, nº 27, p. 38-41, dezembro de 2007.

GONÇALVES, W. da S. **O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1994.

GRADEN, D. T. “‘Uma lei... até de segurança pública’: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856)”. *In: Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: CEAA/Conjunto Universitário Cândido Mendes, nº 30, p. 113-149, dez. de 1996.

GREENHALGH, J. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história (1822-1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

GUIZELIN, G. da S. **Comércio de almas e política externa: a diretriz Atlântico-Africana da diplomacia imperial brasileira, 1822-1856**. Londrina: EDUEL, 2013.

_____. “O fim, a contragosto”. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 10, nº 108, p. 44-45, setembro de 2014.

HAMILTON, D. “The transformation of Consular Affairs: the United States experience”. *In: Discussion Papers in Diplomacy*. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations, p. 1-26, dez. 2009.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEYWOOD, L. M. “De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”. *In: Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

HERBET, E. W. **Red gold of Africa: Copper in precolonial History and culture.** Madison: University of Wisconsin Press, 1984.

HERLING, S. J. “Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870”. *In*: CURTO, J.; LOVEJOY, P. (Org). **Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of Slavery.** Amherst: Humanit Books, 2004.

HORNE, G. **O sul mais distante.** Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVO. **Guia de fontes portuguesas para a História da África.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, vol. I.

JERÓNIMO, M. B. **A diplomacia do Império.** Política e religião na partilha de África (1820-1890). Lisboa: Edições 70, 2012.

JUNQUEIRA, M. A. “Charles Wilker, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842)”. *In*: **Tempo.** Niterói: UFF, vol. 13, nº 25, p. 120-138, julho de 2008.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KODAMA, K. “Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão”. *In*: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH, v. 28, nº 56, p. 407-430, 2008.

KOSSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGO, L. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos, 1828-1978.** Brasília: Biblioteca do Exército, 1978.

LAWRENCE, J. C. **Voyage to a Thousand Cares: master’s mate Lawrence with the African Squadron, 1844-1846.** Copilado por C. H. Gilliland. Annapolis: Naval Institute Press, 2004.

LLOYD, C. **The Navy and the slave trade.** The suppression of the African slave trade in the Nineteenth century. Nova York: Routledge, 2012.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____. **Dicionário escolar afro-brasileiro.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

LOPO, J. de C. **Dois brasileiros na capital de Angola.** Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1862.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência, 1821-1823.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, M. de L. V. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAIA, F. P. S. **O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil.** A Câmara dos Deputados (1826-1852). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MAMIGONIAN, B. G. “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”. *In: Topói.* Rio de Janeiro: PPGHS da UFRJ, v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004.

_____. “O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações da Lei de 1831”. *In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. (Org). Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MANCHESTER, A. K. **Preeminência inglesa no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARQUES, J. P. **Os sons do silêncio:** o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

_____. “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negro no século XIX. *In: Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XXXVI, nº 160, p. 609-638, 2001.

_____. “Penosa navegação: Portugal e as carreiras a vapor para África (1850-1882)”. *In: Anais de História de Além-Mar.* Lisboa, vol. II, p. 273-298, 2001.

_____. “A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa”. *In: Africana Studia.* Porto: CEAUP, nº 9, p. 145-158, 2006.

MAXWELL, K. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. *In: MOTA, C. G. (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).* São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

MENEZES, P. R. de J. **Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson.** Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ, 2008.

MILLER, J. C. “Legal Portuguese slaving from Angola: some preliminary indications of volume and direction, 1760-1830”. *In: Revue française d’histoire d’outre-mer.* Paris: Société Française d’Outre-Mer, vol. 62, p. 135-176, 1975.

_____. **Way of death:** merchant capitalism and the Angolan Slave trade, 1730-1830. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

MONTEIRO, N G. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. *In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (Org). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX.* São Paulo: Alameda, 2005.

MORAES, R. B. de. **O bibliófilo aprendiz.** Prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que

desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. Brasília/Rio de Janeiro: Briquet de Lemos-Livros/Casa da Palavra, 2005.

MOURÃO, F. A. A. “A evolução de Luanda: aspectos socio-demográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico”. *In*: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. (Org.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NABUCO, J. **Minha formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

NEVES, L. M. B. P. “A ‘guerra de penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *In*: **Tempo**: Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, n. 8, p. 41-57, ago. – dez. 1999.

_____. “Estado e política na independência”. *In*: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial**. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, M. A. F. de. **Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas** (1834-1851). Lisboa: Editora da Universidade Nova de Lisboa, 1981.

_____. de. **Reler África**. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990.

OLIVEIRA LIMA, M. de. **História diplomática do Brasil**: o reconhecimento do Império. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1901.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. de. **Portugal em África**. Lisboa: Guimarães Edições, 1891.

PAMPLONA, M. “Nação”. *In*: FERES JÚNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

PANTOJA, S. A. “Angola até as vésperas da Independência do Brasil”. *In*: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Org.). **Da África ao Brasil**: itinerários históricos da cultura negra. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

PARDO, A. W. **A comparative study of the Portuguese colonies of Angola and Brazil and their interdependence from 1648-1825**. Ph.D. in History. Boston University, 1977.

PARÉS, L. N., “Cartas do Daomé: uma introdução/Cartas do Daomé (comentários e notas)”. *In*: **Afro-Ásia**. Salvador: UFBA, nº 47, p. 295-395, 2013.

PENNA FILHO, P. “A pesquisa histórica no Itamaraty”. *In*: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 42 (2), p. 117-144, 1999.

_____; LESSA, A. C. M. “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, nº 39, p. 57-81, 2007.

PIMENTA, J. P. G. “A independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica”. *In: Revista de Historia Iberoamericana*. Madri: Universia, vol. 1, nº. 1, p. 70-105, 1º semestre de 2008.

PLATT, D. C. M. **The Cinderella Service: British consuls since 1825**. Edimburgo: Long-man, 1971.

REBELO, M. dos A. da S. **Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

REGO, A. da S. **Relações luso-brasileiras (1822-1953)**. Lisboa: Panorama, 1966.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RÉMOND, R. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

RODRIGUES, J. **O infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

_____. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África: outros horizontes**. Vol. I – relações e contribuições mútuas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

ROUSSO, H. “O arquivo ou o indício de uma falta”. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 9, nº 17, p. 85-91, 1996.

SACRISTAN, J. T. **Derecho consular**. Guia práctica de los Consulados de España. Madrid: Ministério de Assuntos Exteriores, 1993.

SANTOS, C. M. dos. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SANTOS, J. de A. **Luanda d’outros tempos**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1966.

SANTOS, J. de S. **As embaixadas dos Reinos da costa africana como mediadoras culturais: missões diplomáticas em Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa (1750-1823)**. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-Rio, 2012.

SANTOS, L. C. V. G. **O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Equador e Colômbia – 1822/1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

SANTOS, N. L. L. dos. **União Brasil-Angla: uma hipótese na independência**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Brasília, 1979.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

_____. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SECKINGER, R. **The Brazilian Monarchy and the South American Republics, 1822/1831.** Diplomacy and State-building. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.

SERRÃO, J.; LEAL, M. J. da S.; PEREIRA, M. H. **Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1984-85, 3 Vols.

_____. **História de Portugal.** Vol. VII: a instauração do liberalismo (1807-1832). Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

SICARI, V. R. **O direito das relações diplomáticas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SILVA, A. da C. e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da UFRJ, 2003.

_____. “Cartas de um embaixador de Onim”. *In: Cadernos do CHDD.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, nº 6, pp. 195-205, 1º semestre de 2005.

SILVA, C. N. “Estados incertos: ser português e ser cidadão em território americanos, africanos e asiáticos do império Português (século XIX-XX)”. *In: GUEDES, R. (Org.). África: brasileiros e portugueses – século XVI-XIX.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

SILVA, G. E. do N. **Organização diplomática e consular brasileira.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do DASP, 1959.

SILVA, M. B. N. da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres.** Vol. I. Brasília: Senado Federal, 1999.

SMITH, R. S. **The Lagos Consulate, 1851-1861.** Lagos: Macmillan International College Editions/University of Lagos Press, 1979.

SOARES, M. de C. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil – Daomé, 1810-1812”. *In: Afro-Ásia.* Salvador: UFBA, nº 49, p. 229-271, 2014.

SOUSA, O. T. **A vida de D. Pedro I.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, 3 vols.

SOUZA, I. L. C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

_____. “A adesão das Câmaras e a figura do imperador”. *In: Revista Brasileira de História.* São Paulo: Anpuh/Fapesp/Humanitas, v. 18, nº 36, p. 367-394, 2008.

SPALDING, W. “Angola e a independência do Brasil”. *In: Revista do IHGB.* Rio de Janeiro: IHGB, v. 296, p. 31-37, jul. – dez. de 1972.

STAMM, A. “La société créole à Saint-Paul de Loanda das les années 1838-1848”. *In: Revue française d’histoire d’outre-mer*. Tomo 59, nº217, p. 578-610, 4º trimestre de 1972.

TÁVORA, J. G. **Maciel Monteiro** – de médico e poeta a ministro plenipotenciário. Recife: Sobrames, 2002.

THORNTON, J. “The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1419-1750”. *In: Jornal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, n. 25, p. 147-167, 1984.

ULBERT, J. “La fonction Consulaire au XIX siècle”. *In: _____; PRIJAC, L. (Orgs). Consuls et services consulaire au XIX siècle*. Hamburg: DOBU, 2010.

VAINFAS, R.; SOUZA, M. de M. e. “Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII”. *In: Tempo*. Niterói: UFF, vol. 3, nº 6, p. 95-118, dezembro de 1998.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos**. Dos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANNA, H. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

VIEIRA, M. E. **O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do Reino do Brasil (1820-1822)**. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRGS, 2001.

VOS, J. **Kongo in the Age of Empire, 1860-1913**. The breakdown of a moral order. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2005.

WHEELER, D. “Nineteenth-Century African protest in Angola: prince Nicolas of Kongo (1830?-1860)”. *In: African Historical Studies*. Boston: Boston University African Center, vol. 1, nº 1, p. 40-59, 1968.

_____; PELISSIER, R. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2010.

WRIGHT, A. F. P. de A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

ZOUREK, J. “Consular intercourse and immunities”. *In: Yearbook of the International Law commission*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, vol. II, p. 71-103, 1957.